

O INTELLECTUAL ORGÂNICO: BREVE ANÁLISE DE SUA RELAÇÃO COM A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Andréa Figueiredo Leão Grants

Resumo: Apresenta os elementos que envolvem os termos técnicos utilizados ao estabelecer uma relação entre a figura do intelectual e a comunicação científica. Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica na qual são conceituados termos como: produção intelectual, produção acadêmica, produção científica e intelectual buscando demonstrar a estreita ligação que há entre os termos. Resgata historicamente a trajetória da comunicação científica no mundo e no Brasil. Estabelece as etapas da comunicação científica e assinala os periódicos científicos como importante canal de divulgação da produção científica. Aborda os pontos congruentes entre o intelectual a produção científica.

Palavras-chave: Intelectual. Intelectual orgânico. Comunicação científica. Visibilidade. Periódicos científicos.

1 INTRODUÇÃO

*A mente é o homem, e o
conhecimento, a mente. O homem
é apenas aquilo que ele conhece
[...] A verdade de ser e a verdade
de saber são uma só”
Francis Bacon*

Principia-se a construção desse artigo tratando dos termos técnicos que envolvem as classificações que são encontradas quando se estuda o intelectual e a sua relação com comunicação científica. Assim, pode-se estabelecer que a produção intelectual é toda produção criada e publicada por intelectuais; produção científica é

todo conhecimento produzido que propicia o avanço da ciência e tecnologia; e produção acadêmica corresponde a toda publicação resultante de professores, alunos e técnicos do âmbito acadêmico. As ligações entre as terminologias são evidentes e estreitas. (TARGINO, 2010).

O termo “intelectual” teve origem na França durante o Caso Dreyfus. Este caso tomou repercussão após o artigo indignado e denunciatório denominado “*J’Accuse*” de Émile Zola. Wolff comenta que o conteúdo do artigo exigia:

a revisão do processo de Dreyfus, oficial judeu injustamente condenado por alta traição, aparecem listas de apoio a essa iniciativa assinada por escritores [...], um músico [...], cientista [...], mas também professores, estudantes, arquitetos, advogados, médicos, etc. É Maurice Barrès, antidreyfusista, que qualifica essa iniciativa, por derrisão, de “protesto dos intelectuais”, palavra nova e que se quer pejorativa, mas que é imediatamente retomada pelos interessados. (WOLFF, 2006, p. 47)

A partir de então a palavra passa a ser utilizada na sociedade para se referir às pessoas que pensam criticamente essa sociedade, Wolff (2006, p. 47) se alude aos intelectuais como sendo aqueles que “[...] exercendo uma atividade intelectual, usam seu prestígio adquirido nessas atividades para intervir no debate público e defender valores universais (justiça e verdade, em particular) [...].” Para tanto, continua Wolff “[...] deve haver três condições, [...]”, para que haja intelectuais: um certo tipo de sujeito social, um certo tipo de objeto (o universal) e um certo espaço onde ele possa se exprimir”.

Portanto, o intelectual para o autor é aquele que atua em nome dos valores universais da sociedade, mas para que esse intelectual possa interceder satisfatoriamente duas premissas são essenciais: primeiramente é preciso garantir a sua liberdade de pensar e de se expressar, ou seja, sua autonomia racional, seguido pela presença do espaço público, entendido, nesse caso, como os meios de comunicação e transmissão de suas ideias. Nesse contexto, surge o importante papel da escrita como principal meio de expressão dos intelectuais. Bobbio (1997, p. 67) corrobora com esse pensamento ao afirmar que “[...] uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever.”

A questão da figura do intelectual, por muito tempo, foi tratada de forma mistificada pela sociedade, pois havia no senso comum um entendimento que considerava o afazer intelectual como um afazer supra-humano, dignos de poucos. Lentamente essa concepção foi sendo confrontada com os pensamentos pós-modernos que passaram a manifestar outro conceito.

Norberto Bobbio foi um exemplo de pensador que buscou desmistificar essa concepção de intelectual/sobre-humano ao afirmar que:

não se pode dissociar o significado de “intelectual” do significado de “intelecto” ou de “inteligência” e, portanto do uso prevalente de operações mentais e de instrumentos de investigação que têm alguma relação com o desenvolvimento da ciência. (BOBBIO, 1997, p. 120).

Nessa conjuntura, Targino trabalha o conceito de intelectual assegurando que:

A distinção entre intelectuais e não intelectuais refere-se à imediata função das categorias profissionais, [...]. Inexiste atividade humana da

qual se possa excluir por completo a intervenção intelectual. Logo, inexistem não intelectuais. É uma questão de gradação. [...] Hoje, esse papel é atribuído ao artista, ao político, ao técnico, ao jornalista, ao professor, ao bibliotecário, ao empresário, ao líder religioso ou sindical, dentre outros, [...]. (TARGINO, 2010, p. 33-34)

Antonio Gramsci pensou o intelectual inserido num contexto social, vinculado a um modo de produção que ele denominou de “orgânico”. O intelectual tradicional entendido como um membro de um grupo independente, separado por uma casta cede espaço para o intelectual orgânico de Gramsci. Semeraro apresenta a designação de intelectuais orgânicos distintos dos intelectuais tradicionais concordando com o pensamento de Gramsci:

os intelectuais tradicionais ficavam empalhados dentro de um mundo antiquado, permaneciam fechados em abstratos exercícios cerebrais, eruditos e enciclopédicos até, mas alheios às questões centrais da própria história. Fora do próprio tempo, os intelectuais tradicionais consideravam-se independentes, acima das classes e das vicissitudes do mundo, cultivavam uma aura de superioridade com seu saber livresco. [...] Com isso, acabavam sendo excluídos não apenas dos avanços da ciência, mas também das transformações em curso na própria vida real. “Orgânicos” ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. [...] Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais

avancados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social. (SEMERARO, 2006, p. 377).

Se o intelectual orgânico está envolvido com a manutenção das relações e ordens sociais, este ganha autoridade a partir dessas próprias organizações e instituições a qual está alinhado. Desse modo “Se as instituições prosperam ou decaem, assim também o fazem seus intelectuais orgânicos”. Said (2005, p. 73).

Said ressalta que os intelectuais que atuam na academia, além de difundirem suas pesquisas para fronteiras afora da instituição a qual está vinculado, trouxeram um novo olhar a diversos tipos de pensamentos, pois “[...] ser um intelectual não é de jeito nenhum incompatível com o trabalho acadêmico [...]” (SAID, 2005, p. 77).

Contudo, o surgimento da imprensa assume para o intelectual um relevante papel, pois como dito anteriormente, este se exprime de diversas formas, mas a escrita é o principal meio de difusão das suas idéias e a criação dos tipos móveis de Gunterberg fomentaram esse processo. A composição escrita do intelectual é essencialmente posicionada e necessita ser disseminada, preservada e, sobretudo questionada pelos pares e pela sociedade. Sobre esse aspecto, Bobbio assinala que é preciso:

[...] acrescentar que o aumento daqueles que vivem não apenas pelas idéias, mas também de idéias, deveu-se à invenção da imprensa e à facilidade com que as mensagens transmissíveis por meio das palavras podem ser multiplicadas e difundidas. [...] Após a invenção da imprensa, a

figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos, e depois de artigos para revistas e jornais, de volantes, de manifestos, de cartas públicas, ao qual corresponde a contrafigura do escrevinhador [pennivendolo] ou do escrevedor [pennaiolo]. (BOBBIO, 1997, p. 120)

Ainda sobre a figura do intelectual a partir do surgimento da imprensa, Camargo (2003, p. 25) estabelece que “É o desenvolvimento da imprensa que irá consolidar, no século seguinte, a figura do crítico como um profissional e a atividade crítica como categoria cultural moderna [...]”. Essa afirmação ratifica que a crítica intelectual inaugura-se nos primeiros periódicos do século XVIII, vindo doravante adquirir um caráter mais acadêmico voltado às instituições e às associações científicas, como a observamos contemporaneamente. A crítica como saber universitário é consolidada com a implantação de universidades brasileiras. É ilustrativo apontar que esse tipo de crítica denominada “universitária” de/para um público especializado teve seu marco na primeira metade do século XX com a revista literária *Clima*, fundada por Antonio Candido (CAMARGO, 2003).

A partir dessas constatações, pode-se pensar no processo de disseminação e multiplicidade da escrita intelectual a partir da estrutura de rizoma *vide* Gilles Deleuze e Félix Guattari. Segundo esses autores, os conceitos em geral possuem vários aspectos possíveis que devem traduzir acontecimentos e não mais apenas essência (a determinação de o que é uma coisa). Os conceitos não preexistem, são criados, inventados. Um sistema é um conjunto de conceitos e o rizoma representa uma metáfora da estrutura do conhecimento e é um caso de sistema aberto (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Cabe ressaltar que a analogia do artigo com a proposta do conceito de rizoma não assumirá o aspecto linguístico abordado por Deleuze e Guattari, ou seja, o aspecto racional da linguística, do estruturalismo; a atenção será voltada para características pertinentes de um sistema rizomático dentro de contexto de disseminação e visibilidade de produção intelectual.

Um sistema rizomático pressupõe certas características, a saber: heterogeneidade e conexão compreendidas como formações de cadeias, multiplicidade, inexistência de unidade, trama e aumento de conexões, proliferações, apontamentos para uma correlação com o fora; princípio de ruptura, uma estrutura que pode ser rompida e novamente ser reelaborada, ao modelo de linhas de fuga que remetem a outras linhas de fuga.

Conforme dito anteriormente, o intelectual está inserido na academia e, por meio de canais formais de comunicação, disseminam e multiplicam seus conceitos, seus argumentos. Esses canais de comunicação, por sua vez, podem ser representados pelos periódicos científicos que se encontram em processo crescente de transposição eletrônica. É visível a tendência mundial de vinculação e disponibilização de informação via sistemas de comunicação que conectam inúmeras redes de computadores.

A perspectiva rizomática aponta para um conjunto múltiplo, onde a estrutura do conhecimento não possui nem começo nem fim. Essa estrutura múltipla surge com ramificações independentes “[...] o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32).

Semelhante ao labirinto rizomático, o incremento dos periódicos eletrônicos permite inferir que a disseminação informacional alcança novos patamares e, a partir dessa constatação, foram criadas ferramentas de estatísticas que permitem mensurar

esses alcances. Aqui se destaca o quanto é possível ser vistos, ou seja, quanto os intelectuais veem e são vistos.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Ao abordar a questão da comunicação científica é preciso analisá-la pelo viés da sua contribuição para a ciência. Associado à pesquisa, a comunicação científica, por meio do processo de avaliação dos pares, é fundamental para a legitimação e desenvolvimento da ciência.

Para Agrasso Neto e Abreu a ciência influencia:

[...] há séculos a humanidade, criando e alterando convicções, modificando hábitos, gerando leis, provocando acontecimentos, ampliando de forma permanente e contínua as fronteiras do conhecimento. Recorrendo à educação formal e informal, contando com a evolução dos meios de comunicação, a ciência estimula e orienta a evolução humana, interfere na identidade dos povos e das nações, estabelece as verdades fundamentais de cada época. (AGRASSO NETO; ABREU, 2009, p. 31)

Os membros da comunidade científica são formados por intelectuais que utilizam o meio escrito (impresso ou eletrônico) ou oral para divulgar e/ou absolver o conhecimento que é produzido. O desenvolvimento exponencial do conhecimento humano e da ciência, por sua vez, está intimamente relacionado à capacidade dos pesquisadores/intelectuais de tornarem público, por meio de um canal de comunicação, os estudos realizados.

Sobre esse aspecto, Agrasso Neto e Abreu asseguram que:

A comunicação permite a troca de informações, donde se conclui que enquanto a informação é um produto, uma substância, uma matéria, a comunicação é um ato, um mecanismo. É o processo de intermediação que permite o intercâmbio de idéias entre os indivíduos. A comunicação é um fenômeno natural e intrínseco ao homem, variando de acordo com as características dos grupos nos quais e entre os quais se efetiva. (AGRASSO NETO; ABREU, 2009, p.29).

Historicamente, a tradição da comunicação escrita surgiu entre os gregos tendo como dianteira os escritos de Aristóteles, que durante muito tempo, foram copiados manual e exaustivamente. Após o advento da imprensa, no século XV, ocorreu uma maior produção de livros e, conseqüentemente, uma extensão na capacidade de disponibilização e disseminação do material impresso. Isso impactou na propagação das informações em geral, quer sejam científica ou não.

Evidentemente que obras de cunho científico começaram a ser publicadas como resposta às pesquisas que eram desenvolvidas nesse período histórico. Por exemplo, podemos citar a pioneira obra que tratava de anatomia humana, de autoria de Vesálio, denominada “*De humani corpori fabrica*”. Sobre essa publicação de 1543 Meadows ressalta:

[...] em particular, representou um passo avante na apresentação das pesquisas, pois incluía ilustrações acuradas e minuciosas. Trabalhos desse tipo eram em geral impressos sob a supervisão direta do autor ou de um colega cientista. Essas pessoas, geralmente, estavam

ligadas a universidades, de modo que, por isso, algumas dessas instituições acabaram por estabelecer seus próprios serviços de impressão e edição. (MEADOWS, 1999, p. 4).

O aumento da produção do material bibliográfico permitiu que sua distribuição e difusão também ganhassem novos ares chegando às bibliotecas e casas de livros mediante ao incremento dos transportes das correspondências. Meadows assegura que:

os sistemas postais e os jornais surgiram juntos. Logo depois de a tipologia ter surgido na Europa, começaram a ser produzidas folhas noticiosas, de caráter oficial ou não-oficial, que descreviam acontecimentos de particular interesse. [...]. A publicação resultante dessas iniciativas foi evidentemente o ancestral do jornal moderno, que também serviu de modelo para o surgimento da revista científica. (MEADOWS, 1999, p. 4).

Esses primeiros escritos traziam o conhecimento especializado produzido nesse período. Assim surgiram as primeiras publicações científicas sustentadas na concepção de avanço da ciência por meio da investigação e da disseminação do conhecimento. Nessa circunstância, Freitas observa que:

os periódicos foram, desde seus primórdios, importantes canais de publicação de notícias científicas. No século XIX, expandiram-se e especializaram-se, vindo a realizar importantes funções no mundo da ciência. Ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento (oficial e público), legitimam disciplinas e campos de estudos, veiculam a comunicação

entre os cientistas e propiciam ao cientista o reconhecimento público pela prioridade da teoria ou da descoberta. Além de fonte privilegiada da história da ciência, o periódico científico pode ser considerado um espaço institucional da ciência, pois se insere dentro do universo das realizações e comunicação das atividades científicas. (FREITAS, 2006, p. 54).

Diante desse cenário, cabe ressaltar a trajetória histórica que compreende o surgimento dos periódicos, como um meio de expressão dos intelectuais até como é concebido atualmente pela sociedade: um meio de expressão pública.

3 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: ESPAÇO PÚBLICO PARA A EXPRESSÃO INTELLECTUAL

No século XVII, mas especificadamente no ano de 1662, após a restituição do poder da monarquia inglesa, alguns grupos de intelectuais se reuniam, com certa regularidade, para debater questões do âmbito filosófico. Desses encontros formou-se, sob o patrocínio da realeza - cujo trono pertencia nessa ocasião a Carlos II (1660-1685) - a Royal Society: uma instituição que possuía o objetivo de coletar e analisar informações relevantes, provenientes de diferentes países, que eram tratadas e condensadas pelos membros do grupo. (MEADOWS, 1999).

Associado a tal fato, surge na França, o *Journal des Sçavans*, considerado por estudiosos como o primeiro periódico da era moderna. O *Journal des Sçavans* se propunha, dentre outros objetivos, a “[...] cobrir todos tópicos dos homens letrados.” (MEADOWS, 1999 p. 6)

Diversos foram os pretextos que suscitaram o aparecimento das revistas científicas, mas fundamentalmente a necessidade de

comunicação entre os grupos interessados em obter as informações acerca das atualizações da ciência foi o que projetou esse surgimento.

Esses grupos foram cunhados por Francis Bacon como “Colégios Invisíveis” que, segundo Carvalho (2006, p. 15), era formado por cientistas “[...] que se comunicava entre si, em torno de interesses comuns [...] tendo em vista o desenvolvimento da ciência [...]”.

No Brasil, o início da comunicação da ciência ocorreu no século XIX por meio dos jornais correntes. A primeira iniciativa registrada foi do título *Gazeta do Rio de Janeiro*, seguido por outras publicações editadas no estado da Bahia, como o *Idade d’Ouro do Brasil*, *As Variedades* e *Ensaio de Literatura* que foi o título pioneiro na área de literatura no país. (SODRÉ, 1999)

Cabe salientar os processos pelo quais os intelectuais dessa época, observavam a representação da comunicação científica. Freitas fornece indicadores:

A publicação d’O Patriota¹ foi uma experiência ímpar. Por menos que tenha conseguido sobreviver, é digno de nota que, entre 1813 e 1814, tenha editado 18 números, sistematicamente, sem perda de identidade e de qualidade, ainda trazendo artigos de renomados intelectuais, cujos textos eram bastantes diretos, [...]. Nenhum outro periódico conseguiu tal

¹ Em 1813, foi publicado pela primeira vez no Brasil um periódico que hoje chamaríamos de científico. *O Patriota* saiu dos prelos da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, recém-instalada, quando da chegada da corte joanina no Brasil. Sob a editoria de Manoel Araújo Guimarães (depois editor do jornal oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*), teve colaboradores notórios como José Bonifácio e Silvestre Pinheiro Ferreira, dentre outros expoentes de um iluminismo português. Apesar disso, seus volumes tiveram tiragem limitada e a publicação durou dois anos. (OLIVEIRA, 2009, p. 231)

façanha nos subseqüentes 20 anos. (FREITAS, 2006, p. 65).

Diante dessa exposição histórica e delimitação de títulos e datas, serão relatados, a seguir, os principais estágios que envolvem a concepção da comunicação científica, visto que autores diversos observam que os fatores referentes aos estudos, pesquisas e aceitação dos pares estão intimamente entrelaçados com o meio que os tornam públicos, pois é a comunicação que permite aos intelectuais dar visibilidade à produção científica.

Independentemente da “[...] ótica adotada para o estudo do desenvolvimento da ciência, a natureza dos sistemas de comunicação torna-se vital para a ciência e está no âmago do método científico. Não há ciência sem comunicação. Não há comunicação sem informação”, complementa Agrasso Neto e Abreu (2009, p. 34).

A comunicação científica, enquanto disciplina, envolve desde o primeiro *insight* do intelectual/pesquisador seguido pela pesquisa propriamente dita, sua divulgação e aceitação, resultante da avaliação e dos espelhos (citações bibliográficas) dos pares, fechando assim o processo de tornar o conhecimento científico público e socialmente legitimado (SUAIDEN, 2008).

O processo de comunicação possui algumas etapas a serem seguidas que envolvem os modos de comunicação formal e informal. A comunicação informal está relacionada à prática oral entre os cientistas que na medida em que avançam seus estudos começam a explaná-lo para pequenos grupos de ouvintes, depois em reuniões para um público maior, como nos congressos/seminários, onde geralmente é preciso fornecer uma pré-publicação, os resumos. Posteriormente, ao terminarem a pesquisa, os autores incluem os resultados e as conclusões no documento para finalmente publicar o fruto do trabalho formalmente. Sobre a comunicação formal, Rocha afirma que:

[...] pode-se citar como exemplos de comunicação formal os livros e periódicos (que se apresentam na forma escrita, podendo ser armazenados e recuperados) e os congressos, conferências e seminários (que apesar de ocorrerem na forma oral, são apresentados a um grande número de cientista, ou mesmo podem ser armazenados na forma de anais). (ROCHA, 2008, p. 11)

No âmbito acadêmico, a publicação tornou-se um meio de avaliar a produtividade dos intelectuais. Assim, escrever livros, publicar em revistas conceituadas, apresentar trabalhos em eventos, entre outros, em espaços de tempos cada vez menores, virou uma constante na vida do intelectual. Essas ações, algumas vezes, fazem com que o qualitativo ceda lugar ao quantitativo, pois os intelectuais quase sempre acumulam funções administrativas e departamentais nas instituições que atuam dificultando assim sua livre produção.

Targino complementa esse argumento ao criticar que:

É inevitável, pois, que a ênfase no quantitativo, tanto em se tratando da produção docente como discente, e, por conseguinte, intelectual e científica, acentua o desvirtuamento das universidades. O decantado lema *publish or perish* é somente um símbolo da decadência visível da universidade como instituição do saber. É a substituição do pensamento reflexivo e da competência pelo culto à produtividade sem critérios. Em nome da quantificação, trabalhos são repetidos à exaustão, mediante artifícios que vão da mudança de títulos a alterações das

palavras introdutórias, acréscimos de autores, às vezes, nem lidos nem consultados, supressões de outros que saíram de moda e assim por diante. (TARGINO, 2010, p.36)

Além disso, o intelectual analisa e avalia textos apoiado numa sistemática metodologia, por vezes, particularizada por políticas de avaliação estabelecida por editores científicos. Avaliar um documento é saber dialogar com o autor e esse exercício é sustentado, dentro da academia, pela teoria. Desse modo, o intelectual (re)escreve textos calcados em uma autoridade, um poder do discurso constituído institucionalmente. Esse poder é percebido nas delimitações autoritárias que estabelecem quais discursos seletivamente devem ser mantidos ou não. O processo de avaliação por pares numa revista é a representação desse poder do discurso, legitimação e classificação do mesmo.

4 CONCLUSÃO

Para concluir, ressalta-se que o ponto principal abordado nesse texto é a inquietação teórica do intelectual, do crítico inserido na academia, enfatizando a relação institucional que existe entre os preceitos da crítica e o modo como as instituições os estabelecem.

Discutir a produção intelectual formal é de certa forma debater as estratégias de disseminação dessa produção como parte do processo de dar visibilidade às ações dos intelectuais inseridos na academia, pois são cada vez mais pressionados a publicar como meio de sobrevivência profissional.

As divulgações dos estudos científicos possuem resultados significantes para a ciência e para os cientistas. Para a ciência representa o progresso do conhecimento e, conseqüentemente, dos aspectos sociais da humanidade; para os cientistas, visibilidade,

apoio para outras pesquisas, reconhecimento perante o grupo ao qual está inserido e realização pessoal. (FERREIRA, 2008)

Nesse contexto, a analogia da excursão rizomática proposta por Deleuze e Guattari e a multiplicidade do conhecimento por meio da disseminação do mesmo em redes de comunicação pode ser constatada mediante o uso de indicadores bibliométricos que sinalizam ferramentas de estatísticas que quantificam a produção e disseminação do conhecimento científico.

Em suma, o propósito desse artigo foi o de demonstrar a relação direta entre a figura do intelectual contemporâneo inserido na academia e o meio formal de divulgação do conhecimento, especialmente os periódicos científicos, estabelecendo pontos convergentes entre a expressão escrita do intelectual e o facilitador da disseminação dos avanços da ciência em questão. Os argumentos descortinam os limites tênues entre a comunicação científica e a produção intelectual. De modo que é possível concluir que os conteúdos científicos encontrados nos periódicos refletem o desenvolvimento da ciência e, por conseguinte, da civilização.

REFERÊNCIAS

AGRASSO NETO, Manoel; ABREU, Aline França de. *Conhecimento científico: subsídios para gestão de serviços de referência e informação*. Florianópolis: UFSC, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMARGO, Maria Lucia de Barros. Sobre revistas, periódicos e qualis tal. *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 40/1, p. 21-36, jun. 2003.

CARVALHO, Kathia de. Disseminação da informação e biblioteca: passado, presente e futuro. In: CARVALHO, Kathia; SCHWARZELMULLER, Anna Fredericka. *O ideal de disseminar*. Salvador: EDUFBA, 2006. p.9-27.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Repositórios versus revistas científicas: convergências e convivências. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria Das Graças. *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. p. 111-137.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ci. Inf.* [online]. 2006, vol.35, n.3, pp. 54-66. ISSN 0100-1965. doi: 10.1590/S0100-19652006000300006.

MEADOWS, Arthur. Jack. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Iluminismo e império no Brasil: o patriota (1813 - 1814). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, Jan. 2009 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

311X2009000100026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Aug. 2010. doi: 10.1590/S0102-311X2009000100026.

ROCHA, Carolini da. Comunicação científica: autoria e colaboração científica em Ciência da Informação e Biblioteconomia. 2008. 199f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SAID, Edward W.. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2005.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "Orgânicos em tempos de pós-modernidade. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p.373-391, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUAIDEN, Emir. Prefácio. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria Das Graças. *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. p. 9-13.

TARGINO, Maria das Graças. Produção intelectual, produção científica, produção acadêmica: facetas de uma mesma moeda? In: CURTY, Renata Gonçalves. *Produção intelectual no ambiente acadêmico*. Londrina: UEL/CIN, 2010.

WOLFF, Francis. Dilema dos intelectuais. In: NOVAES, A. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THE INTELLECTUAL ORGANIC: A BRIEF REVIEW OF ITS RELATION TO SCIENTIFIC COMMUNICATION

Abstract: *Introduces elements that involve the technical terms used to establish a relationship between the figure of the intellectual and scientific communication. This is a research type of bibliographic in which terms are conceptualized as: intellectual production, academic research, scientific and intellectual seeking to demonstrate the close connection that exists between the terms. Recovers the historical trajectory of scientific communication in the world and in Brazil. Establishes steps of scientific communication and scientific journals indicates an important channel for the dissemination of scientific production. Addresses points congruent between the intellectual scientific production.*

Keywords: *Intellectual. Intellectual organic. Scientific Communication. Visibility. Scientific journals.*

Andréa Figueiredo Leão Grants

Bacharel em Biblioteconomia pela UDESC

Bibliotecária-chefe do Serviço de Periódicos da BU/UFSC.

Mestre e Doutoranda em Literatura pela UFSC

Contato: andrea.grants@bu.ufsc.br

RECEBIDO: 27/08/2012

ACEITO: 17/09/2012